



**DADOS DE ÁFRICA (S)**

ISSN: 2675-7699

Vol. 02 | N°. 3 | Ano 2021

**Aires Paulo Pedro Panda**

# ANGOLA: COLÔNIA PORTUGUESA, INDEPENDÊNCIA, GUERRA CIVIL: REFLEXÃO TEÓRICA A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO

ANGOLA: PORTUGUESE COLONY, INDEPENDENCE, CIVIL WAR:  
THEORETICAL REFLECTION FROM THE HISTORICAL CONTEXT

---

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise do processo histórico de construção nacional de Angola antes e pós-colônia portuguesa, bem como da independência e da guerra civil. Trata-se de um artigo orientado metodologicamente pela revisão teórica bibliográfica e documental. Destaca-se que Angola está situada no continente Africano e foi colônia portuguesa até 11 de novembro de 1975, quando conseguiu a independência. O país passou por um período de 26 anos em guerra civil (1975-2002). Isso retardou o seu desenvolvimento em todos os aspectos. Esse estudo vem para contribuir na reflexão do processo histórico que marcou a vida dos angolanos, assim como é importante para que os leitores e futuras gerações possam entender o que se passou nesses períodos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Angola; Colônia Portuguesa; Independência; Guerra Civil

---

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the historical process of Angola's national construction before and after the Portuguese colony, as well as independence and civil war. It is an article oriented methodologically by the theoretical revision bibliographical and documentary. It is noteworthy that Angola is located in the African continent and was Portuguese colony until November 11, 1975, when it achieved independence. The country went through a 26-year civil war period (1975-2002). This has retarded its development in all respects. This study comes to contribute to the reflection of a historical process that marked the lives of Angolans, just as it is important for readers and future generations to understand what happened in those periods.

**KEY WORDS:** Angola; Portuguese Colony; Independence; Civil War.

**Site/Contato**

**Editores**

Cinthia Nolácio de Almeida Maia  
[cinthianolacio@yahoo.com.br](mailto:cinthianolacio@yahoo.com.br)

Rodrigo Castro Rezende  
[rodcastrorez@gmail.com](mailto:rodcastrorez@gmail.com)

Ivaldo Marciano de França Lima  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

## ANGOLA: COLÔNIA PORTUGUESA, INDEPENDÊNCIA, GUERRA CIVIL: REFLEXÃO TEÓRICA A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO

Aires Paulo Pedro Panda <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Angola situa-se no continente africano e foi colônia portuguesa até 11 de novembro de 1975, quando conseguiu a independência após uma guerra pela libertação. O país passou por um longo período de conflito, que teve início com a luta armada contra o colonialismo português. Após a sua independência, os movimentos nacionalistas passaram a lutar entre si pelo poder e controle político, o que durou até 2002.

Depois de Angola ter deixado de ser colônia de Portugal e assumir a sua independência, houve conflitos internos que tiveram como principais intervenientes o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que culminaram com a morte do líder do partido da UNITA, Jonas Savimbi, na província do Moxico, em 22 de abril de 2002 (CUNHA, 2014, p. 23).

O presente artigo busca responder à seguinte questão: quais os motivos da guerra civil em Angola? Segundo alguns autores, os angolanos queriam conquistar a própria independência, mas após a conquista, a vontade de construção do país não foi colocada como prioridade. O que estava em pauta entre os movimentos de libertação ou partidos políticos era: quem vai governar? Em outras palavras, disputas de poder. Desta forma, a temática abordada neste estudo é de suma relevância, visto que existe uma escassez de artigos e pesquisas sobre o tema. O presente artigo contribui para o conhecimento do assunto e amplia o interesse dos leitores e pesquisadores por novos estudos sobre o contexto histórico da independência.

Este estudo tem como objetivo fazer uma análise do contexto histórico sobre o processo de construção nacional de Angola. Ele está dividido em cinco partes: a primeira é a introdução, momento em que a problemática e o objetivo são apresentados; a segunda é o referencial teórico, onde os termos Angola pós-colônia portuguesa, independência e guerra civil são mencionados; a terceira contém a metodologia, descrevendo claramente as ferramentas usadas para o levantamento dos dados apresentados; a quarta é a análise dos resultados. Por último há as considerações finais do autor sobre a temática aqui abordada.

### BREVE HISTÓRICO DE ANGOLA ANTES E PÓS-COLÔNIA PORTUGUESA

O atual território de Angola, ao longo da história foi habitado pelos povos bantus. Na região sul existiam os autóctones de origem não bantu, os khoi-san. Esses povos permaneceram

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). [pandaaires@hotmail.com](mailto:pandaaires@hotmail.com)

mais ou menos até o final do século XIX, havendo ainda alguns grupos em partes do sul do país. Em 1482 chegaram os primeiros portugueses na costa do território, sob o comando de Diego Cão. Antes da chegada dos portugueses em Angola, existiam alguns reinos bem organizados, a exemplo, do reino do Congo, Loango, Kakongo, Bata, Ngoyo, Ndongo, Reino da Lunda, como também os vizinhos Luba e Kazembe. Esses reinos tinham agricultura, pesca e caça como as principais atividades para sua manutenção. Com a chegada dos portugueses, a região recebeu o nome de reino ou província de Angola, com sede em Luanda e uma administração separada da província de Benguela. O território angolano também era chamado de “a joia da coroa”.

Os portugueses começaram a chegar a Angola já no fim do século XV, eles queriam que Angola e também os outros países africanos fossem bases comerciais em função do caminho para a Índia. Em 1482 Diogo Cão e a sua frota chegaram à foz do rio Congo e estabeleceram ligações com o reino do Congo. Esta primeira relação será determinante para o futuro deste território que será abrangido por Angola. Desde o século XV, Portugal seguiu duas estratégias: estabeleceu uma base comercial em Luanda e promoveu uma lenta cristianização introduzindo elementos da cultura europeia, por intermédio de padres cultos. Gradualmente, com uma série de guerras e acordos, Portugal tomou o controlo do território que se estendia até ao reino do Ndongo. Entretanto, Luanda criou um tráfico de escravos com destino a Portugal e para as plantações de cana-de-açúcar no Brasil (RUBINI, 2017, p. 4).

Segundo o Angola consulate (2015), em 1700 os portugueses dominavam uma área de 65 mil quilômetros quadrados, a partir do litoral de Luanda e Benguela até 200 quilômetros para o respectivo interior, com o objetivo único de manter abertas as rotas dos escravos a partir do planalto. Os escravos eram a principal mercadoria, sendo "exportados" para Portugal, Brasil, Antilhas e América Central. Durante os séculos XVIII e XIX, a situação não se altera de maneira significativa, aumentando apenas a área de captura dos escravos, que se estendeu para o planalto central, assim como o número dos que eram enviados para fora do que nomeamos por Angola.

No século XVII, durante a dominação filipina de Portugal, os holandeses ocuparam Luanda. Contudo, em 1648 os portugueses lutaram contra os holandeses, retomando Luanda e em 1671 também os estados do Congo e Ndongo. Embora houvesse, desde a chegada dos portugueses, algumas incursões nos territórios do interior, intenções sérias de penetração no interior começaram somente nas primeiras décadas do século XIX. Quando foi realizada a conferência de Berlim para que se acertasse a subdivisão de África entre as potências coloniais, Portugal tinha uma presença secular no país, ainda que estivesse longe de uma “ocupação efetiva”. Finalmente, depois da conferência de Berlim, Portugal passou a um esforço para ocupar todo o território da Angola atual. Este processo foi muito demorado, só depois da proclamação da República em Portugal, a expansão avançou mais rapidamente, e em 1920 havia um domínio integral do território. Depois da ocupação efetiva, com o governo Salazar foi consolidado o Estado colonial (RUBINI, 2017, p. 4).

Segundo José (2008), entre os pontos importantes da conferência, definia-se que só podia ter territórios coloniais quem os ocupasse com tropas, a obrigação de respeitar os tratados de protetorados com os soberanos africanos, o fim da escravatura e a adoção de medidas de civilizar os nativos. No entanto, foi só cerca de 1900 é que os portugueses conseguiram controlar toda a extensão do vasto território, que constitui hoje a República de Angola. Mas, mesmo depois de 1900, os angolanos continuaram a resistir ao domínio português.

Nessa época, o sistema de ensino oficial em Angola subdividia-se em dois setores distintos: um para nativos e outro para brancos e assimilados (filhos de famílias de cor negra, mas civilizadas), mas essa distinção era apenas em função de grau de desenvolvimento mental e social. Fundamentalmente, havia dois graus de ensino em Angola, isto é, o Primário e o Secundário. O ensino primário era rudimentar, geral e complementar, enquanto que o ensino secundário era liceal, técnico, profissional e magistério primário. O ensino primário era destinado a crianças nativas em grau atrasado de civilização, sendo exercido oficialmente pelas missões católicas portuguesas. Incluía uma classe preparatória e três classes ascendentes, cada uma correspondendo a um ano escolar (JOSÉ, 2008, p. 12).

## DESCOLONIZAÇÃO

Segundo Rubini (2017), em 1950 começou a ser organizada uma resistência contra a colonização portuguesa, um processo que já tinha sido iniciada em vários países depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Este processo em Angola transformou-se num combate armado contra Portugal, com três atores principais: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

As lutas de libertação efetivaram-se em 15 de Março de 1961, quando um grupo armado da UPA atacou a população branca no Norte de Angola. Porém, esses acontecimentos foram precedidos por duas revoltas, a Baixa de Cassange e o assalto às cadeias de Luanda. A revolta laboral na Baixa de Cassange, a Leste de Malange, iniciada em 11 de Janeiro de 1961, mostrava o descontentamento da população nativa sobre os maus tratos do regime que lhes haviam sido impostos. E o assalto a cadeia de S. Paulo, em 4 de Fevereiro, para além de confirmar esse facto, também efetivaram o desejo da população em serem governados por pessoas que compreendessem e respeitassem as suas personalidades, facto que nunca foi claro para o governo português, que respondeu violentamente a essas revoltas. Esses acontecimentos marcavam o início de um período turbulento em Angola, onde a UPA, o MPLA e a UNITA reivindicariam a colonização portuguesa por meio da luta armada (AGUSTINHO, 2011, p. 19).

Segundo Barreto (2012), entre 1961 e 1974 deu-se a guerra de independência de Angola. Com a Revolução dos Cravos, iniciada com o 25 de Abril de 1974, que põe fim ao regime

ditatorial do Estado Novo (1933-1974), inicia-se um processo de negociações que encerra o conflito. Uma das medidas estabelecidas é a formação de um governo de transição, integrado pelos três movimentos independentistas, FNLA, MPLA e UNITA e por autoridades lusitanas. Tal medida prepararia a mais rica das colônias portuguesas no século XX para a sua emancipação política. A relação entre os movimentos de libertação, entretanto, era marcada por hostilidades.

A FNLA, cuja base social eram os Bakongo, tinha vínculos com o regime no Zaire e o governo dos EUA; o MPLA, com raízes sociais entre os Ambundu e a população mestiça, tinha ligações com partidos comunistas em Portugal e o apoio da União Soviética e de Cuba; a UNITA, enraizada entre os Ovimbundu, tinha o apoio da África do Sul. Portugal começou a conceder direitos de cidadão aos habitantes de Angola, que passou de colônia à província, antes de ser o Estado de Angola. Ao mesmo tempo, Portugal estendeu o ensino em Angola, de modo que os angolanos estivessem mais ligados à Metrópole. Entretanto, os movimentos de libertação continuavam a luta, apesar de a possibilidade de conseguir a independência pelas armas se ter tornado muito limitada. Milhares de soldados portugueses foram para África. No curso do conflito armado, Portugal tentou consolidar a presença em Angola, também realizando importantes obras públicas (RUBINI, 2017, p. 5).

Segundo Silva (2017), durante os treze anos de luta colonial travada por Portugal (1961 – 1974), apenas três movimentos foram destacados, a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola; o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola; e, mais tarde, a UNITA – União Nacional para independência Total de Angola. Foram esses movimentos que lutaram contra o colonialismo português; porém, ainda que todos os agrupamentos tivessem por objetivo a libertação de Angola, existiam divergências entre eles, as quais, depois da proclamação da independência, levariam à guerra civil que durou vinte e seis anos.

Um dos fatores determinantes para o futuro de Angola foi a revolução Cravos, que resultou do enfraquecimento do exército português nas colônias, e da incapacidade deste em mover a guerra contra os movimentos de libertação nacional das colônias. Esta situação, que em certa medida levou ao movimento citado, forçou os portugueses a negociarem a independência de Angola. Foi elaborado um documento para as Nações Unidas, pela junta de Salvação Nacional, presidida por Antônio Spínola, que estava na condição de presidente de Portugal. A proposta era dar uma independência branca, incluindo os grupos étnicos e os movimentos de libertação nacional. Nesta época existiam vários partidos políticos, compostos principalmente pelos portugueses no sul. Os movimentos de libertação nacional não aceitaram a proposta, alegando que os portugueses em Angola não eram grupos étnicos, e como tal não podiam participar ou proclamar a independência. Em agosto de 1974 foi assinado o acordo em que a proclamação da independência seria apenas para os angolanos. Neste sentido, Portugal reconheceu o poder, sob a guarda dos três movimentos angolanos.

A partir deste momento começaram as negociações entre o FNLA, MPLA e UNITA, no qual chegaram a um acordo para criar um governo de transição formado pelos representantes dos três movimentos. Este governo de transição tinha como tarefa criar uma constituição, e elaborar uma lei eleitoral até 11 de novembro. Após a independência poderia se dar início ao processo das primeiras eleições. As relações entre os movimentos de libertação nacional não eram boas. Isso fez com que a FNLA se alinhasse às forças armadas do Zaire. A UNITA teve apoio da África do Sul e o MPLA de Cuba. Os três movimentos proclamaram a independência no dia 11 de novembro de 1975, sob as seguintes circunstâncias: enquanto o MPLA proclamou a independência em Luanda, a UNITA e a FNLA o fizeram no Huambo. Isto, no entanto, não pôs fim aos conflitos. A partir deste momento, Luanda passou a ser denominada por República Popular de Angola, enquanto que em Huambo, no sul de Angola, o país passou a ser República Democrática de Angola. Eram dois governos, dois Estados. A luta entre os movimentos de libertação nacional, nesse sentido, passava pela busca do reconhecimento internacional.

## ANGOLA INDEPENDENTE

Devido à rivalidade política, não se verificou um entendimento entre as três forças angolanas. Depois da independência, Angola ficou dividida por um conflito interno que durou quase três décadas, acabando por definir os contornos do poder político angolano. A guerra civil e a intervenção estrangeira marcaram profundamente a sociedade. A Guerra em Angola foi internacionalmente percebida como um show de horrores. Esta pode ser dividida em três blocos menores, a saber, “1975-1991”, “1992-1994” e “1998-2002”, que foram interrompidos por frágeis tentativas de paz. A disputa ficou marcada por sua extensão absurda e pelas atrocidades ocorridas em meio aos esforços de guerra. O MPLA passou a controlar Luanda com apoio de Cuba e União Soviética, a FNLA contou com ajuda da China e do Zaire, e a UNITA teve apoio da África do Sul e do Estados Unidos da América.

Segundo Rubini (2017), durante a primeira parte dos anos 1990, as forças armadas de Cuba que apoiavam o MPLA saíram de Angola, e em 1991, com a mediação de Portugal, da União Soviética, dos EUA e da ONU, realizaram-se os acordos de Bicesse, assinados por Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos, que teve como resultado a realização das primeiras eleições democráticas angolanas. As eleições políticas realizaram-se no ano seguinte, e voltaram a ser vencidas por José Eduardo dos Santos. Embora Savimbi tivesse assinado um acordo de paz antes das eleições, ele não aceitou a derrota e recorreu novamente às armas.

De 1998 a 2002 temos a última fase da guerra, marcada pela disputa do governo entre UNITA e MPLA, ressaltando-se que o último cada vez mais acumulava o poder de vitória e a

dominação da população em geral. Em 2002, como última resolução de guerra, soldados do exército, dirigido pelo MPLA, conseguem matar Jonas Savimbi, líder e principal estrategista militar do bloco oponente. Já enfraquecida pelos anos de guerra, a UNITA se rende e, em 4 de abril de 2002, é declarada encerrada a Guerra Civil e se assina um Acordo de Paz imediato. Como podemos observar nas eleições em 1992, o líder da UNITA não aceitou a derrota e a partir deste momento começou novamente uma guerra civil. Por causa desta luta houve várias vítimas. A guerra civil acabou após dez anos de combate com a morte do líder da UNITA.

## **APÓS A GUERRA CIVIL**

Após o fim da guerra, o Governo no poder, MPLA, tenta estabelecer a paz, a estabilidade, bem como faz esforços para a reconstrução do país devastado pelos longos anos de guerra civil. Até hoje o MPLA governa Angola, de 1975 a 2021.

Até hoje, é impossível contabilizar o número de baixas deixadas por essa guerra. Não há quase dados entre os partidos que se envolveram diretamente na disputa, além de certa negligência das nações estrangeiras que se envolveram no conflito e o fato de que a guerra durou quase 30 anos. Sabemos que o conflito deixou marcas incontornáveis entre os angolanos: as batalhas destruíram boa parte da infraestrutura do país, desestabilizaram as bases materiais da administração pública, os empreendimentos econômicos, o capital humano e até os centros de encontro religiosos do país. Até hoje o país tenta se reconstruir dos destroços de uma disputa que traumatizou toda a região do continente, influenciando no mundo político até da Namíbia, dos Congos, da Zâmbia e da África do Sul (NOGUEIRA, 2019, p.1).

Angola pode ser vista como um país que ainda está longe da condição de desenvolvimento. Sendo assim, torna-se necessário ao Estado criar políticas públicas que possam garantir as condições básicas para a sociedade angolana como um todo, tendo sempre em conta que se trata de uma sociedade traumatizada, martirizada, sofrida, carente, desiludida, sem rumo por falta de um olhar atento do Estado angolano que não soube gerir o bem comum em benefício do povo (PANDA, 2020, p. 205). Após tantos anos de guerra civil, os angolanos encontram-se em momento difícil em relação aos modelos políticos e econômicos. Há crise financeira na saúde, educação, segurança e saneamento básico. Ainda é prematuro dizer que Angola é um país em desenvolvimento.

Apesar do crescimento econômico, o país ainda tem muito que avançar em vários aspectos sociais. A paz em Angola fez renascer a esperança para o povo angolano, mas não o libertou, porque ainda se faz presente a ditadura, sem liberdade de expressão e direitos humanos, onde a opressão ainda é uma realidade. O país se libertou do regime português, mas continua tendo as mesmas práticas, só que agora é de angolanos para angolanos (PANDA 2020, p. 201).

## **METODOLOGIA**

O objetivo deste estudo é fazer uma análise a partir do contexto histórico sobre processo de construção nacional de Angola, antes e pós-colônia portuguesa, bem como a independência e a guerra civil. Trata-se de um artigo orientado metodologicamente pela revisão teórica bibliográfica e documental. Para tanto, realizou-se um estudo sobre diferentes obras e documentos, aqui citados. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas e vídeos de programas de televisão.

A escolha deste tema resultou da necessidade em aprofundar questões entabuladas ao longo do artigo, visto que existe uma escassez de trabalhos análogos e pesquisas sobre o tema. Foi utilizada para este trabalho a pesquisa bibliográfica, consultas em livros, artigos, sites na internet, periódicos e apostilas. Neste artigo foram também utilizados resultados de pesquisas voltadas ao assunto. De acordo com Gil (1999), esta metodologia se caracteriza pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo. As coletas das informações foram realizadas através da revisão dos textos, pesquisas e análise de alguns trabalhos que discutem sobre o tema. Durante a pesquisa foram encontrados alguns trabalhos sobre a guerra civil e a independência em Angola, a exemplo das obras de autores como Rubini, (2017), que buscou discutir o período desde o surgimento dos portugueses no território angolano até a independência deste. Outros autores, sob os quais nos debruçamos, foram Augusto (2011) e Barreto (2012), Silva (2017) e José (2008), que abordam sobre o assunto numa dimensão ampla a partir das origens dos movimentos de libertação nacional, acordos de Alvor, abolição da escravatura e Angola, sob domínio colonial português. Sendo assim, pode-se afirmar que este estudo foi planejado desde o começo como bastante flexível e envolvendo critérios e características que possam nos mostrar diversos aspectos do fato estudado.

## **RESULTADOS**

Essa sessão mostra os resultados e análises, bem como as informações centrais do estudo em relação a Angola, colônia portuguesa e independência. Pode-se afirmar que a temática sobre

o processo de libertação do território angolano de Portugal e a conquista da independência precisam ser estudadas, bem como é necessário ampliar as reflexões em relação às análises teóricas sobre o assunto. Os acordos para a independência tinham três aspectos fundamentais. Primeiro era manter a estabilidade nacional; segundo, a criação de uma nova constituição, e terceiro, a construção do país. Cada grupo ou movimento de libertação nacional defendia uma ideologia. Isso fez com que após a independência não conseguissem chegar a um acordo, e partiram para a guerra civil. Entre os movimentos faltou um plano de governo, unidade entre os povos, paciência, irmandade e confiança, porque ninguém acreditava na capacidade de um ou de outro para governar. Naquele momento, cada movimento tinha à disposição um exército de militares, e o aspecto da construção do país como todo ficou de lado. O processo de independência foi complexo e intenso, envolvendo um povo e uma nação.

Ainda após a independência, os movimentos de libertação decidiram proclamar a independência da seguinte forma: MPLA em Luanda, FNLA e UNITA no Sul, enquanto o exército português se retirava do território angolano sem reconhecer a independência proclamada pelos movimentos. Faltou patriotismo entre os movimentos, pois era o momento de unirem forças para a reconstrução, e não de criar conflitos. O MPLA espalhou boatos que os militantes da FNLA comiam pessoas para retirá-los de Luanda e voltarem para o norte do país. O MPLA estava disposto a proclamar a independência sem o consentimento dos outros movimentos e isso foi gerando uma desconfiança.

Entre os movimentos, a FNLA tinha um exército de militares maior e mais organizado, em seguida a UNITA e o mais fraco era o MPLA. Todos tinham apoio internacional como China, Estados Unidos da América, Rússia, União Soviética, Cuba, África do Sul e Zaire. Todos estes países forneciam armamentos e equipamentos para os seus aliados com interesses econômicos, porque sabiam que Angola é um território rico em recursos naturais. Segundo o Portal Observador (2015), o acordo de independência de Angola tinha três componentes: político, social e psicológico. Havia a libertação política, social e psicológica. Foi feita a libertação política, e mesmo assim pela metade. As outras foram abandonadas. A libertação psicológica seria recuperada a favor do novo poder, criando novas sujeições e recuperando instrumentos que a própria potência colonial utilizava, com claro impacto na participação cívica. A independência de Angola foi unilateral e estamos a viver os efeitos colaterais, porque criamos uma sociedade que não é inclusiva, em que não se admite o ponto de vista ao contrário de quem é detentor do poder [...] é uma sociedade totalmente instrumentalizada do ponto de vista institucional na perspectiva partidária. É só olharmos os heróis do país, todos eles são

pertencentes ao MPLA, e não homens do povo (<sup>2</sup>GANGSTA, 2019). De 2002 a 2020, o setor público em Angola tem sido confrontado com uma maior exigência por parte dos cidadãos, exigindo melhoria na prestação de serviços públicos, assim como transparência e maior efetividade das políticas públicas (ROCHA, 2014, p. 21).

Esse período de 2020 é marcado pelo retrocesso da política do estado. A falta de uma gestão sólida e transparente tem gerado uma onda de manifestações da população. Há três fatores importantes que podemos levar em consideração. Angola é um país novo e tem uma população jovem, é um país rico em recursos naturais com potencialidades e tem oportunidades de investimentos estrangeiros, vantagens essas que os gestores e líderes da conjuntura atual não levaram em consideração. Continuamos a ser um só povo multicultural e multiétnico, mas ainda existe uma resistência por parte dos governantes em criar estratégias para que os interesses políticos, nacionais não separem a população nem criem desigualdades econômicas e sociais (PANDA, 2020, p. 201).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a refletir e analisar, a partir do contexto histórico sobre processo de construção nacional de Angola, os períodos que antecedem a colonização portuguesa, como também o período de vigência desta, bem como a independência e a guerra civil no território angolano. Na fundamentação teórica, foram utilizados estudos sobre abolição da escravatura em Angola, libertação nacional, acordo de Alvor, independência e guerra civil. A coleta de dados foi através da revisão teórica e bibliográfica, e se classifica como pesquisa bibliográfica descritiva e documental.

Para isto desatacamos alguns aspectos importantes. Os portugueses quando chegaram em Angola, primeiro estabeleceram um acordo com o Reino do Congo, que dominava toda a região. No início do século XIX, Portugal já explorava suas colônias como fonte de mão de obra barata. O racismo e os trabalhos forçados foram marcas deixadas pelo colonialismo. O racismo foi imposto no país como lei administrativa e política. O fim do período colonial se deu com a revolução dos Cravos de 25 de abril, que derrubou a ditadura de Salazar. Isso influenciou a retirada das tropas portuguesas em Angola, aceitando que a antiga colônia se tornasse independente. Em relação à independência, os portugueses tentaram firmar um acordo com os movimentos de libertação nacional. A criação de um governo de transição em que os portugueses também fariam parte do processo, chamado de “independência branca”, não teve sucesso.

Segundo Silva (2017), tendo em vista os motivos já expostos, podemos entender que as relações entre Portugal e Angola se iniciaram em 1482, com a chegada de Diego Cão na Foz do

---

<sup>2</sup> WEBNIVEL. Miguel Neto. Conversa com o Gangsta. 7 de jun. de 2019. 1 vídeo (1h 24min 5seg). Publicado pelo canal WEBNIVEL MIGUEL NETO.

Rio Zaire. As relações entre os colonos portugueses e os nativos floresceram com criação de representações diplomáticas e acordos de trocas comerciais. Notamos que, com o fim do governo ditatorial de Salazar em Portugal, o governo de MFA assumiu o poder e teve início a institucionalização da democracia. O governo do MFA executou a política dos três “D”, que tinha como objetivo democratizar, descolonizar e desenvolver. A revolução dos cravos abriu, assim, caminho para a independência das então províncias ultramarinas.

Os movimentos de libertação nacional, depois da retirada dos portugueses em Angola, começaram a mostrar seu interesse em governar o país. Apesar de cada um defender uma ideologia diferente, a questão era o poder e não a construção do país. Sendo assim, todos foram em busca de apoio de outros países. A guerra civil, após a independência, é a prova de que os movimentos não estavam preparados para governar. Constata-se a escassez de estudos sobre a abolição da escravatura em Angola, a libertação nacional, independência e guerra civil. As discussões da temática no país são importantes para ampliar a reflexão sobre o assunto, e esse estudo não esgota as possibilidades da delimitação do campo. O tema é atual, visto que a história de Angola não é contada pelos angolanos, logo, é preciso criar mecanismos para a fiscalização dos livros que adulteram a história de Angola com interesses políticos. O que se pode afirmar é que os movimentos de libertação nacional, após a independência, dividiram o povo angolano. Existe ainda a discriminação de alguns grupos étnicos, como os do norte, que são chamados de zairenses (comem pessoas ou canibais).

O MPLA, partido no poder desde a independência, adotou o regime colonialista implantado no país, o eurocentrismo, colocando de lado a cultura nativa dos angolanos. Nas instituições angolanas pode-se constatar a presença de pessoas de pele mais clara, os chamados “mulatos”. Em conclusão, podemos entender que temos um país que tem um governo militarizado. Não obstante, as discussões sobre a política e paz, ao invés de serem civis, são sistematicamente militarizadas (MATOS, 2020). Para futuras pesquisas recomenda-se que novos estudos sejam realizados, com o intuito de dar continuidade à abordagem apresentada aqui neste estudo a partir do contexto histórico de Angola. Sugere-se a ampliação dos debates em escolas públicas, faculdades e publicação de artigos sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Asp Cav Feliciano Paulo. **Guerra em Angola as Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil**. Dissertação (Mestre em Ciências Militares Especialidade de Cavalaria) - Academia Militar Lisboa, 2011.

NOGUEIRA, André. **Hoje na História 17 Anos do Fim da Guerra Civil em Angola**. Portal AH. Aventuras na História. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/17-anos-do-fim-da-guerra-civil-angolana.phtml>

BARRETO, Isabel de Souza Lima Junqueira. A descolonização de Angola: Migração e Adaptação de Portugueses e Brancos Angolanos no Rio de Janeiro. **Cadernos CERU**, vol. 31, n. 1, p. 02- 13, 2020.

CUNHA, Wesa Tatiana Simão Da. **Mercado Monetário e a Supervisão do Sistema Financeiro do Banco Central de Angola**. Dissertação (Mestrado em Auditoria Contabilística Econômica e Financeira) - UAL. Lisboa, 2014.

FONSECA, João José. Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: Editora UEC, 2002.

GIL, Antonio. Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JOSE, Joveta. «Angola: independência, conflito e normalização». In: MACEDO, JR. (Org.). **Desvendando a história da África [online]**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, p. 159-17, 2008.

MATOS, José Fernando de. O Processo de Paz em Angola Como Ponto DE Viragem Para A Reconciliação Nacional: Caminhos e Perspectivas. **Áfricas(s)**, V 1, N1, p. 31-50, 2020.

PANDA, Aires Paulo Pedro. Uma Reflexão Teórica Em Torno Dos 19 Anos de Paz EM Angola. **Áfricas (s)**, 2020, vol. 7, nº. 13, p. 199- 209, 2020.

ROCHA, Alves Da. **As Perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020. V. 2. ed. Luanda:** Luanda- Angola Editora: CEIC-UCAN Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola. 2014.

RUBINI, Andrea. Angola e Portugal: **Os Restos da Colonização**. Monografia (Licenciatura em Línguas, Civilização e Ciências da Linguagem Currículo Político – Internacional). Universidade de Ca' Foscari, Venezia 2017

SILVA, Antônio Carlos Matias da. Angola: História, Luta de Libertação, Independência, Guerra Civil e Suas Consequências. **Cadernos de Relações Internacionais Damas**, vol. 8, n 15, p. 12-32, 2017.

## DOCUMENTOS:

ANGOLACONSULATE-CA. ORG. Consulado Geral de Angola Em Los Angeles. HISTÓRIA de Angola. 2015.

Observador, Portal Educativo. Angola Tem Crescimento Econômico sem Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://observador.pt/2015/05/09/angola-tem-crescimento-economico-sem-desenvolvimento-social/>

WEBNIVEL. Miguel Neto. Conversa com o Gangsta. 7 de jun. de 2019. 1 vídeo (1h 24min 5seg). Publicado pelo canal WEBNIVEL MIGUEL NETO.

Recebido em: 23/01/2021

Aprovado em: 08/05/2021